

Ações	Metas	Responsável	Atividades	Indicadores	Resultados
1-Regulamentar a adoção de critérios de eficiência energética nas edificações de acordo com os programas nacionais de conservação de energia.	Até 2025, inserir critérios de eficiência energética nas edificações no Código de Obras e Edificações, de acordo com os programas nacionais de conservação de energia, fomentando a economia verde nos setores de construção civil, indústria e serviços	SIURB	Promoção da redução do consumo de energia pela PMSP: uso de lâmpadas led na iluminação interna e externa, sistema fotovoltaico para a geração de energia e sistema de aquecimento solar nos novos projetos e obras executadas pela SIURB e SME nas seguintes 21 salas unidades educacionais: CEI 08 salas, CEI 10 salas, EMEI 09 salas e CEMEI	• Critérios de eficiência energética inseridos no Código de Obras e Edificações; • Redução do consumo de energia pela PMSP (%); • Intensidade de uso de energia dos prédios públicos, por tipologia (kWh/m2).	ATIVIDADES PLANEJADAS
			Parceria entre SIURB e Abenge (Associação Brasileira do Ensino em Engenharia): concurso Mário Covas com a temática Eficiência Energética, incentivando a promoção de novos projetos a serem implantados nos prédios públicos que adotem critérios de eficiência conservação de energia energética nas edificações de acordo com os programas nacionais de		ATIVIDADES PLANEJADAS
2-Elaborar estudos sobre padrões de consumo energético no Município de São Paulo, para a adoção de medidas gerais de eficiência energética.	Até 2025, elaborar dois estudos relacionados ao consumo energético nos setores público e privado do município de São Paulo.	SIURB		Estudos sobre padrões de consumo e de eficiência energética no Município publicados	Estudo Diagnóstico Energético em Edificações Públicas da PMSP: desenvolvimento de uma ferramenta Better de monitoramento do consumo de energia (2021).
3- Mobilizar esforços para fomentar a produção e a distribuição de energia proveniente de fontes renováveis e a geração distribuída, bem como a melhoria da eficiência energética de equipamentos	Até 2025, ampliar a participação da geração distribuída renovável fotovoltaica na potência total da matriz elétrica para 3,5% nas edificações residenciais e 6,5% nas comerciais; para 13% e 24%, respectivamente, em 2050.	SIURB	Contratação de Projeto Executivo fotovoltaico nas seguintes unidades educacionais: CEI 08 SALAS, CEI 10 SALAS, EMEI 09 SALAS; EMEF 17 SALAS, CEMEI 21 SALAS + Construção de 45 novos equipamentos.	• Normas e regulamentações publicadas para incentivo ao uso de equipamentos mais eficientes e à ampliação da geração de energia de fontes renováveis; • Potência total instalada de geração distribuída de fontes renováveis no município de São Paulo (MW); • Proporção de potência instalada fotovoltaica da Administração Pública Municipal (%).	ATIVIDADES PLANEJADAS
4- Implementar critérios e indicadores de eficiência energética na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública municipal	• Até 2025, incorporar critérios de eficiência energética na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras pela PMSP; • Até 2030, expandir reformas e melhorias para efficientização energética para todo o portfólio de edificações da cidade; • Até 2030, melhoria de 50% na eficiência dos aparelhos elétricos utilizados pela PMSP.	SIURB	Implementar o Projeto Diagnóstico Energético das Edificações Públicas da PMSP, para realização de diagnósticos energéticos para 150 edificações municipais, consolidando metodologia de coleta, sistematização e reporte de indicadores de eficiência energética na administração pública municipal;	• Normas com critérios e indicadores de eficiência energética para contratos da PMSP; • Número de novos contratos com critérios de eficiência energética em obras e serviços da PMSP; • Número de edificações públicas com reformas e melhorias para eficiência energética realizadas sobre o total de edificações públicas próprias da PMSP.	Sem dados sobre indicadores
		SIURB	Realizar diagnósticos do consumo energético das edificações públicas municipais replicando os resultados do Projeto Diagnóstico Energético das Edificações Públicas da PMSP para todo o portfólio de edificações próprias		
		SIURB	Elaborar plano de ação para a modernização e adaptação das instalações elétricas da administração pública municipal, incluindo a adoção de sistemas de geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica		
5- Estabelecer norma para aperfeiçoamento das medidas de ventilação e iluminação natural nos empreendimentos habitacionais de interesse social (HIS).	Até 2025, promover a construção de HIS sob padrões aperfeiçoados de ventilação e iluminação naturais no MSP.	SIURB	Publicação da Portaria n° 37/2021, que define diretrizes de Projeto de Edificações de Habitações de Interesse Social (HIS)	• Norma estabelecendo medidas de ventilação e iluminação naturais aperfeiçoadas em empreendimentos habitacionais de interesse social; • Índice de satisfação em análises pós-ocupação	Portaria n° 37/2021-SEHAB
6- Fomentar a redução das distâncias casa-trabalho de modo a minimizar a demanda por serviços de transporte.	Até 2030, ampliar a oferta de empregos formais nas regiões do município de São Paulo com maior déficit.	SMDET		• Número de postos de trabalho por distrito - SMDET/IBGE; • Tempo médio de viagem casa-trabalho (minutos) - Pesquisa Origem-Destino do Metrô; • Relação da oferta de empregos formais por população economicamente ativa no MSP, por região (un/hab).	Lançamento do Portal da Economia Paulistana (negocios.prefeitura.sp.gov.br); Nº de atendimentos no ano 2022 (Jan a Abril): Fábrica de Negócios: 251; Empreenda Fácil (Consulta MEI/Microcrédito): 86.365; Atendimentos MEI/Cate: 1.935; Vai Tech: 48; Green Sampa: 362; Teia (17 espaços): 8434. Realizada Hackatona em Jan/2022, tendo como foco inserção feminina no mercado tecnológico.
7- Aumentar a atratividade do sistema municipal de ônibus de maneira a promover esse modo de transporte.	Até 2030, 70% das viagens no Município serão feitas em transporte coletivo ou em modos ativos. Em 2040, serão 72% das viagens e, em 2050, 78%.	SMT SPTrans		• Índice de Qualidade do Transporte (IQT); • Proporção de ônibus que possuem pontos de recarga para eletrônicos (%); • Proporção de ônibus que possuem ar condicionado (%); • Proporção de ônibus com informação de lotação em tempo real (%); • Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida (%).	a) Corredor Itaquera-Líder: decreto de utilidade publica publicado, atendimento das licenças ambientais vigentes. Corredor Miguel Yunes: decreto de utilidade pública publicado. b) Terminal São Mateus - Processo de análise preliminar da SVMA para obtenção do Termo de referência para os estudos ambientais concluído.
8- Fomentar o uso da bicicleta como meio usual de transporte, por meio da expansão da infraestrutura e estratégias de sensibilização e comunicação.	• Até 2030, aumentar participação na matriz modal das viagens realizadas em bicicletas de 0,8% (2017) para 4% (2030), 6% (2040) e 8% (2050); • Até 2030, ampliar a infraestrutura cicloviária de acordo com as metas estabelecidas no PlanMob.	SMT CET		• Extensão de ciclovias implantadas (km); • Índice de Conectividade da Rede Cicloviária; • Paraciclos instalados nos equipamentos municipais (%); • Bicicletários instalados nos equipamentos municipais (%); • Número de acidentes de bicicleta	Bicicletários: Ao todo, foram 2.295 vagas implantadas nos terminais de ônibus (entre 2014 e 2020). Com o intuito de aumentar a confiabilidade do usuários e assim tornar a opção pela bicicleta mais atrativa, a partir de 2017 começou a ser implantado o controle de acesso aos bicicletários, hoje estando presente nos terminais Amaral Gurgel (41 vagas), Parque D. Pedro II (156 vagas), João Dias (72 vagas), Lapa (74 vagas), Princesa Isabel (66 vagas), Pinheiros (75 vagas), Pirituba (156 vagas), Tiradentes (148 vagas), Campo Limpo (150 vagas), Guarapiranga (24 vagas) e Sacomã (146 vagas).
9-Promover a substituição gradativa das frotas de ônibus municipais para veículos zero emissões.	• Até 2028, atingir 50% dos ônibus municipais zero emissões e 100% até 2038 (Lei 16.802/2018); • Até 2028, reduzir as emissões de poluentes atmosféricos (material particulado – 90%, NOx – 80% e CO2 fóssil – 50%) em relação ao ano base 2016 (Lei 16.802/2018), conforme determinações da Política Municipal de Mudança do Clima, com impacto na melhoria da qualidade do ar e promovendo a gestão eficiente da frota de ônibus que presta serviço de transporte público no Município de São Paulo.	SMT SPTrans		Emissão de GEE pela frota de ônibus municipal (tCO2e); • Emissão de material particulado pela frota de ônibus municipal; • Emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) pela frota de ônibus municipal; • Proporção de veículos substituídos no transporte público adotando tecnologia zero emissões em relação ao total da frota	não respondido

10- Instituir Zona Zero Emissão no perímetro do Minianel Viário.	- Até 2030, instituir legalmente e sinalizar Zona Zero Emissão no município de São Paulo; - Até 2030, estimativa de redução de 10% das emissões do transporte de carga.	SMT CET	- Mapeamento de áreas prioritárias com altos índices de poluentes locais; - Escalonamento de áreas, partindo do centro no programa Sexta Sem Carro, região da rótula e contra-rótula e expansão progressiva aos limites do Minianel Viário; - Análise comparativa de práticas anteriores de restrição de veículos implementadas internacionalmente; - Consultas locais e levantamento de informações dos perfis de usuários do transporte público e privado nas áreas de interesse; - Implementação de projetos-piloto para definição de parâmetros de operação da Zona Zero Emissão, incluindo o monitoramento de sua operação; - Implantação/requalificação de infraestrutura para a mobilidade ativa na área da(s) intervenção(ões); - Elaboração de legislação específica estabelecendo a Zona Zero Emissão e previsões para expansão/replicabilidade em outras áreas	- Instituir, por lei, Zona Zero Emissão no Município de São Paulo; - Quantidade de veículos que transitam na Zona Zero Emissão, por tecnologia; - Concentração de poluentes locais na Zona Zero Emissão (MP2.5, MP10, NOx, SOx, O3); - Sinalização Zero Emissão implantada nas vias especificadas pela legislação.	Nenhum resultado obtido
11-Garantir que 100% da frota utilizada pela Prefeitura (ou terceirizada) seja zero emissões em 2040.	- Até 2030, 50% da frota que presta serviços à PMSP deve ser zero emissões; - Até 2040, 100% da frota que presta serviços à PMSP deve ser zero emissões	SGM		- Proporção de veículos próprios da PMSP que adotam tecnologia zero emissões (%) - Proporção de veículos terceirizados que adotam tecnologia zero emissões para prestação de serviços à PMSP (%); - Proporção de veículos zero emissões que prestam serviços à PMSP (%).	Melhoria do andamento das análises e discussões do COMFROTA (comitê de mudança de frota da cidade); Maior engajamento da indústria automobilística nos esforços de descarbonização da frota; Encaminhamento à aprovação do Gabinete do Prefeito de proposta de cessão em comodato de veículo elétrico para experimentação no Edifício Matarazzo.
12- Instituir legislação de fomento à distribuição de carga fracionada com veículos zero emissões dentro do perímetro da cidade	Até 2030, elaborar legislação de incentivo à distribuição de carga fracionada com veiculos zero emissão no território do Município de São Paulo.	SMT		- Elaborar legislação de fomento à distribuição de carga fracionada com veículos zero emissão no território do Município de São Paulo; - Proporção de veículos para transporte de carga fracionada zero emissão no Município de São Paulo (%).	Nenhum resultado obtido
13- Implantação de uma rede de miniterminais logísticos (MTL) em parceria com a iniciativa privada.	Até 2030, entregar ao menos um estudo de viabilidade para implantação de rede de Miniterminais Logísticos no Município de São Paulo	SMT		- Número de estudos para implantação de rede de miniterminais logísticos no Município de São Paulo; - Número de parcerias para implantação de rede de miniterminais logísticos; - Número de miniterminais logísticos implantados	Nenhum resultado obtido
14- Aperfeiçoar a regulamentação sobre compartilhamento, estacionamento e recarga de veículos elétricos ou zero emissões	- Até 2030, promover a regulamentação do compartilhamento de veículos elétricos no Município de São Paulo; - Reduzir a participação de automóveis movidos a combustíveis fósseis na frota total da cidade a 35% em 2030, a 20% em 2040 e a 5% em 2050.	SMT		- Instituir regulamentação de compartilhamento de carro elétrico; - Desenvolver estudo para instalação de infraestrutura de recarga para veículos elétricos; - Modificar a legislação de uso e ocupação do solo, bem como a legislação edilícia, para prever o abastecimento de veículos elétricos em edificações ou empreendimentos	Nenhum resultado obtido
15- Universalizar a cobertura do serviço de coleta seletiva de resíduos secos	Até 2030, diminuir em 50% a destinação de resíduos sólidos recicláveis aos aterros sanitários	SMSUB Amlurb	- Aumentar a capacidade de tratamento de resíduos das cooperativas; - Mobilizar esforços no sentido de expandir a absorção pela indústria do resíduo reciclado.	- Índice de coleta seletiva do Município de São Paulo (%); - Rejeitos de coleta seletiva no Município de São Paulo (%); - Atendimento da coleta seletiva - Ponto de Entrega Voluntária (PEV) (un); - Atendimento da coleta seletiva - Ecoponto (un); - Emissões GEE resultantes do tratamento de resíduos sólidos urbanos totais; - Catadores cooperados cadastrados no sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo (indivíduos); - Contribuição individual dos catadores cooperados no tratamento de resíduos sólidos de coleta seletiva no Município de São Paulo (t/catador ano)	Nenhum resultado obtido
16- Maximizar os processos de compostagem.	- Até 2030, universalizar os processo de compostagem de resíduos orgânicos de feiras e poda municipal no Município de São Paulo; - Até 2030, aumentar a capacidade dos pátios de compostagem para 100 mil toneladas por ano	SMSUB Amlurb	- Implantar a compostagem em 100% das escolas da rede de ensino municipal até 2025; - Expandir o Programa Feiras e Jardins Sustentáveis; - Expandir a compostagem dos resíduos de poda das áreas verdes municipais, contribuindo para alcançar, em 2030, o desvio de 100% desses resíduos para métodos alternativos de tratamento; - Implantar o programa de incentivo à compostagem na origem (in situ) em residências, estabelecimentos comerciais e escritórios, com adequado apoio técnico público e privado, por subprefeitura; - Ampliar as ações de incentivo e orientação para uso da compostagem em domicílios, garantindo o atingimento da meta de retenção de 33% de todo o resíduo orgânico gerado nos domicílios, conforme estabelecido pelo Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS, 2014).	- Resíduos orgânicos destinados à compostagem (t); - Quantidade de composto produzido pelo Projeto de Compostagem Feiras e Jardins Sustentáveis (t); - Proporção de feiras livres atendidas atendidas pelo Projeto Feiras e Jardins Sustentáveis (%); - Unidades escolares com programa de compostagem implementado no Município de São Paulo (un); - Resíduos sólidos urbanos destinados a aterros sanitários (t); - Emissões de gases de efeito estufa resultantes do tratamento de resíduos sólidos (tCO2e).	Nenhum resultado obtido
17- Implantar ecoparques.	- Até 2050, implantar quatro ecoparques para gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Município de São Paulo. - Até 2030, reciclagem de 34% de todo resíduo em papel gerado na cidade e 48% até 2050; - Até 2030, reciclagem de 25% de todo resíduo plástico gerado na cidade e 43% até 2050; - Até 2030, desvio de 39% de todo o resíduo alimentar destinado ao tratamento em aterro e 66% até 2050; - Até 2050, desvio de 100% do resíduo de poda destinado ao tratamento em aterro.	SMSUB Amlurb		- Ecoparques implantados no Município de São Paulo (un); - Proporção resíduos sólidos urbanos tratados em ecoparque no Município de São Paulo (%); - Emissões GEE mitigadas pelo tratamento de papel, plástico, vidro, entulho e madeira (tCO2e); - Energia gerada em ecoparques do Município de São Paulo (MWh).	Nenhum resultado obtido

18- Incluir no mandato da Autoridade Hídrica Municipal, em processo de estruturação, a realização de reporte periódico de dados de operação e de monitoramento de atividades geradoras de gases de efeito estufa, especialmente em relação a esgoto, pela concessionária dos serviços de água e esgoto.	Até 2030, ampliar o monitoramento e a eficiência da redução dos fatores de emissão GEE nas ETE que prestam serviço ao Município de São Paulo.	SMDU		- Elaboração, pela Autoridade Hídrica Municipal, de norma estabelecendo a obrigatoriedade do reporte periódico dos dados de operação e monitoramento de atividades geradoras de GEE pela concessionária de serviços de esgotos no Município de São Paulo; - Relatórios de reporte periódico dos dados de operação e monitoramento de atividades geradoras de GEE, especificamente para o Município de São Paulo, desenvolvidos; - Fatores de emissão das ETE, em relação aos efluentes provenientes do Município de São Paulo; - Carga orgânica remanescente nos efluentes de esgoto do Município de São Paulo (DBO); - Eficácia das ETE que prestam serviços ao Município de São Paulo na captura de metano (%); - Produção de energia nas ETE que prestam serviços ao Município de São Paulo (kWh); - Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM).	Nenhum resultado obtido
18- Promover a melhoria da qualidade ambiental do Município de São Paulo na perspectiva dos impactos da mudança do clima.	Até 2025, melhorar os índices de avaliação da qualidade ambiental no Município de São Paulo.	SGM		- Índice de Qualidade da Água (IQA - Cetesb); - Índice de Qualidade das Águas Brutas para Fins de Abastecimento Público (IAP - Cetesb); - Índice Qualar para Partículas Inaláveis Finas (MP2.5) (Cetesb); - Áreas contaminadas reabilitadas no Município de São Paulo (un) (Cetesb); - Criação de base dados relacionada aos acidentes com produtos perigosos no Município de São Paulo; - Ampliação do cadastro de áreas contaminadas nos bancos de dados do Município de São Paulo, atrelado à atualização do Sistema de Fontes de Poluição (Sipol – Cetesb); - Índice Biosampa.	Criação de um grupo de trabalho com a finalidade de discutir e definir um indicador para mensuração do lançamento de material orgânico na Represa Guarapiranga pelo Município de São Paulo, tendo em vista o cumprimento da Meta 67 do Programa de Metas: “Reduzir em 15% o total de carga orgânica (proveniente da cidade de São Paulo) lançada no Reservatório Guarapiranga; No tocante à OIDA em 2022: 43,25 hectares de áreas embargadas; R\$ 1,196,503.00 em multas arbitradas; 30 apreensões de motosserras, veículos, maquinários e petrechos que estavam sendo utilizados para degradação da qualidade ambiental em áreas de preservação e mananciais.
20- Aperfeiçoar o monitoramento da aplicação, eficiência e eficácia dos instrumentos urbanísticos utilizados com a finalidade de promover a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos impactos da mudança do clima, bem como a adoção de fontes renováveis de energia e a construção sustentável.	Até 2030, ampliar e garantir o monitoramento dos instrumentos urbanísticos do Município de São Paulo que têm foco em ações de adaptação e mitigação à mudança do clima.	SMDU		- Requisitos de sustentabilidade apontados no art. 7º, inciso XI, do PDE (Lei 16.050/20140), incorporados à legislação urbanística; - Número de equipamentos públicos, construídos ou reformados, sob princípios construtivos apoiados na mitigação de gases de efeito estufa ou na adaptação aos impactos da mudança do clima.	Nenhum resultado obtido.
21- Incrementar o provimento habitacional para população de baixa renda.	Até 2050, ampliar o provimento habitacional para baixa renda no Município de São Paulo.	SEHAB	- Adotar a mediação de conflitos como estratégia de provimento de habitação de interesse social; - Fortalecer a implementação da cota de solidariedade para ampliação de produção de HIS; - Urbanizar assentamentos precários de maneira participativa, incluindo a população no planejamento dos projetos.	- Deficit habitacional em relação ao total de domicílios (%); - Famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária (%); - Número de unidades habitacionais entregues por meio de programas habitacionais e parcerias firmadas, por período (un).	"Em 2021 foram viabilizadas (entregues e contratadas) 13.392 unidades habitacionais novas 6.349 famílias foram beneficiadas pelo programa urbanização de favelas e 9.621 famílias foram beneficiadas com processos de regularização fundiária."
22- Aumentar a área permeável dos equipamentos e espaços públicos novos e existentes	Até 2025, ampliar a permeabilidade nos equipamentos e espaços públicos municipais		- Criação de diretrizes e critérios para aumento da permeabilidade, para adoção da administração pública municipal em todas as obras e serviços; - Elaboração de Manual de Soluções de Drenagem Sustentável identificando medidas ou dispositivos de retenção e infiltração e materiais aplicáveis às diferentes tipologias de edificação e espaços públicos; - Inclusão sistemática dos critérios e soluções identificados no Manual de Soluções de Drenagem Sustentável nas contratações de obras e serviços pelos órgãos municipais, compreendendo a regulamentação necessária	- Número de equipamentos e espaços públicos que receberam intervenções para aumento da permeabilidade (un); - Área permeável em equipamentos e espaços públicos do Município de São Paulo (m2) - Incremento acumulado de área permeável em equipamentos e espaços públicos do Município de São Paulo (%).	não respondido
23- Incrementar o uso de soluções baseadas na natureza (SbN) nas obras da infraestrutura de drenagem.	Até 2025, levantar os logradouros públicos potenciais e prioritários com vocação para projetos SbN e incorporar práticas SbN nas obras públicas de drenagem			- Elaborar levantamento dos locais potenciais e prioritários para implantação de macro e microdrenagem que incorpore SbN; - Plano Diretor de Drenagem e Águas Pluviais contendo medidas de soluções baseadas na natureza aprovado; - Número de projetos de drenagem implantados que incorporem SbN por distrito.	não respondido
24- Requalificar os espaços públicos viários de modo a favorecer a caminhabilidade, as atividades ao ar livre, a cultura e a convivência	Até 2030, 70% das viagens no município serão feitas em transporte coletivo ou em modos ativos. Em 2040, serão 72% das viagens e, em 2050, 78%.	CET	- Requalificar 4,5 milhões de metros quadrados de calçadas; - Adotar a prioridade efetiva para os pedestres, estabelecendo travessias mais seguras, com os tempos semafóricos adequados e suficientes, de modo a contemplar e incluir também as pessoas com mobilidade reduzida; - Requalificar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), considerando as mudanças do clima e os riscos climáticos; - Adotar a estratégia territorial de reforço do desenvolvimento das centralidades.	- Área de calçadas requalificadas por ano; - Extensão de vias redesenhadas; - Tempo semafórico por largura de leito carroçável por tipo de via.	227 jardins de chuva e outras soluções verdes (calçadas com poços de infiltração, vagas verdes, biovaletas, etc.) Os Jardins de Chuva são Soluções baseadas na Natureza (SBN) eficazes na contenção de alagamentos e inundações, mas também possuem outros grandes benefícios: Retêm poluentes, produtos químicos e partículas de sujeira antes da água voltar para o solo, controlam os sedimentos do escoamento da água da chuva e também evitam a reprodução de mosquitos por drenar a água em até 48 horas.
25- Mapear zonas críticas inundáveis, adotando a perspectiva da ocorrência de eventos climáticos extremos e objetivando sua incorporação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.	Até 2025, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo revisada, com a inclusão da análise de zonas críticas inundáveis	SIURB	- Elaboração de projeto-piloto com o mapeamento de uma bacia hidrográfica selecionada identificando no processo os procedimentos necessários para o mapeamento do restante da cidade e homogeneização de entendimentos e conceitos utilizados pelas diferentes secretarias envolvidas; - Elaboração de recomendações para as zonas de convivência com as cheias, para o estabelecimento de critérios e requisitos a serem observados por particulares e pelo poder público na ocupação dessas áreas; - Atualização das manchas inundáveis das plataformas de informação municipais (como o Geosampa); - Revisão da legislação associada e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.	- Zonas críticas inundáveis por bacia hidrográfica do Município de São Paulo, considerando a perspectiva de ocorrência de eventos climáticos extremos – mapeamento; - Zonas críticas inundáveis por bacia hidrográfica do Município de São Paulo, considerando a perspectiva de ocorrência de eventos climáticos extremos - área; - Taxa de ocupação das zonas críticas inundáveis do Município de São Paulo (%); - Recomendações para as zonas de convivência com as cheias com os critérios e requisitos a serem observados por particulares e pelo poder público na ocupação dessas áreas publicadas.	não respondido.

26- Dar seguimento ao Programa Córrego Limpo.	• Até 2030, ampliar e fortalecer o Programa Córrego Limpo no Município de São Paulo.	SMSUB	• Zeladoria para manutenção dos resultados, como a limpeza de margens e pontos viciados de entulho; • Articulação e coordenação das ações de canalização de córregos e de requalificação habitacional implementadas pelo Município, com o planejamento de ações estaduais, incluindo o compartilhamento e integração de sistemas de informações; • Identificação de oportunidades de articulação do Programa com outros projetos de requalificação urbana liderados pelas diferentes pastas municipais; • Promoção de ações de governança colaborativa a partir de ações combinadas com outros programas municipais (como, por exemplo, o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis).	• Proporção de córregos despoluídos em relação ao total de córregos poluídos identificados (%); • Extensão de córregos limpos (km); • Demanda Bioquímica por Oxigênio - DBO (mg/l).	Atualmente existem 161 córregos no Programa Córrego Limpo. Entre 2020 e 2021, nove córregos foram entregues,
27- Incluir análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação das emissões de GEE e adaptação aos impactos da mudança do clima nos empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental ou estudo de impacto de vizinhança.	• Até 2025, condicionar observâncias relacionadas a ações de mitigação e adaptação à mudança do clima nas exigências do licenciamento ambiental do Município de São Paulo.	SVMA		• Inclusão da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima como requisito na elaboração de estudos que serão submetidos ao licenciamento ambiental; • Inclusão da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima como requisito na elaboração de estudos de impacto de vizinhança; • Resolução Cades para a inclusão da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima.	não respondido.
28- Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima	• Até 2025, estabelecer nos fundos municipais critérios para financiamento de ações e projetos em temáticas da mudança do clima no Município de São Paulo.	SGM	• Revisar a Política Municipal de Mudança do Clima (Lei 14.933/2009) para ampliar a promoção de estratégias de adaptação e incluir a utilização de recursos do Fundurb e do FMSAI, dentre outros, na implementação de medidas de mitigação e adaptação.	• Adequar a legislação dos fundos municipais para a efetiva destinação de recursos financeiros às temáticas da mudança do clima; • Gastos dos fundos municipais com temáticas da mudança do clima no Município de São Paulo (%); • Projetos em temáticas da mudança do clima aprovados para utilização de recursos dos fundos municipais do Município de São Paulo (%).	Recebimento de proposta para realização de Second Part Opinion e Framework do Planclima, visando atrair investimentos para financiar suas ações
29- Fortalecer a governança do Sistema Municipal de Defesa Civil para uma gestão intersetorial e transversal da redução de risco e de desastres.		SGM	• Estabelecimento de rotina de reuniões e procedimentos para o Conselho Municipal de Defesa Civil, até o final do primeiro semestre de 2021; • Qualificação e capacitação continuada dos servidores da COMdec, a partir do início de 2021; • Capacitação de equipes técnicas da PMSP sob a perspectiva da mudança do clima, a fim de integrar a temática de gestão de risco e desastre nas políticas e planejamentos setoriais; • Aprimoramento dos planos intersetoriais existentes para a gestão de riscos por meio da articulação dos diferentes órgãos da administração pública municipal; • Integração de sistemas de dados para compreensão do perfil da população de áreas vulneráveis, a fim de desenhar estratégias compatíveis com as demandas de cada região; • Promoção da governança participativa da defesa civil e da comunicação acessível sobre as suas atividades à população, como, por exemplo, pelo fortalecimento dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), a partir de 2021; • Elaboração de plano de aprimoramento dos sistemas de detecção e alerta precoce, incluindo prognóstico, predição, difusão de alertas e medidas de preparação e capacidade de enfrentamento dos riscos climáticos.	• Atividades do Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de São Paulo - convocatórias de reunião; • Atividades do Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de São Paulo - atas de reunião; • Sistema de detecção e alerta precoce para riscos de Defesa Civil; • Monitoramento do sistema de detecção e alerta precoce para riscos de defesa civil; • Integração de dados sobre a população residente em áreas de risco ao Sistema de Detecção e Alerta Precoce para Riscos de Defesa Civil; • Capacitações técnicas aos servidores da PMSP em temas de defesa civil; • Capacitações técnicas oferecidas pelo COMDEC em temas de defesa civil; • Proporção de núcleos comunitários de defesa civil (Nudec) em comunidades vulneráveis do Município de São Paulo (%); • Ocorrências de defesa civil no Município de São Paulo; • Pessoas afetadas por ocorrências de defesa civil no Município de São Paulo; • Pessoas deslocadas por ocorrências de defesa civil no Município de São Paulo; • Pessoas residentes em áreas de risco de desastres no Município de São Paulo.	Conclusão do Plano Preventivo de Chuvas de Verão 2022 Base de dados gerada a partir do monitoramento das condições de chuva, com o acompanhamento das temperaturas, umidade relativa do ar, entre outros fatores, que se estende aos meses mais secos e frios do ano. Referente ao período de 2021 e 2022 foram: Contabilizadas as ocorrências de alagamentos repassadas pelos agentes de trânsito da CET; Medidos os índices pluviométricos; Mapeados os locais em estado de atenção para alagamentos (com registro de ocorrência de rajadas de vento).
30- Criar o Plano de Contingência de Seca, adotando as medidas para sua operação	• Até 2030, Plano de Contingência de Seca elaborado e implementado	SGM		• Elaboração e implementação do Plano de Contingência de Seca; • Número de pessoas afetadas por racionamento de água; • Interrupções de fornecimento de água; • Índice de Regularidade de Distribuição (IRD); • Índice de Reclamação de Falta d'Água (Irfa).	Realização de 50 reuniões da Comissão, com a finalidade de discutir assuntos de grande importância para a Segurança Hídrica com diversos agentes públicos e membros da sociedade civil; Publicação do 1º Boletim Informativo da Comissão de Segurança Hídrica; Melhora nos seguintes indicadores (período de 2010 à 2020): Atendimento no Abastecimento de Água; Cobertura com Redes de Esgoto; Atendimento com Coleta de Esgotos; Cobertura com Redes de Esgotos; Perdas Totais na Distribuição (L/lig.dia); Perda de Faturamento.
31- Ampliar medidas de adaptação e fortalecer a capacidade de preparação e resposta dos serviços de saúde em situações de eventos extremos, com ênfase na população vulnerável residente nas áreas periféricas.	• Até 2025, ampliar a resposta dos profissionais de saúde a eventos climáticos extremos, por meio da capacitação dos servidores em temáticas de adaptação à mudança do clima.	SMS		• Inclusão de temáticas de adaptação à mudança do clima na atualização do Plano Municipal de Saúde do Município de São Paulo; • Profissionais de saúde capacitados em preparação e resposta a eventos climáticos extremos no Município de São Paulo (indivíduos).	Capacitadas as 28 Unidades de Vigilância em Saúde em 2021 de modo online devido a pandemia por Covid-19, para as ações dos programas da Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental (DVISAM), priorizando as mudanças climáticas no programa de Populações Expostas aos Desastres Naturais e Tecnológicos (VIGIDESASTRES) com foco nas mudanças climáticas
32- Atualizar anualmente o Plano Municipal de Contingência de Arboviroses para aperfeiçoar as ações de enfrentamento dos riscos associados à mudança do clima	• Até 2025, estabelecer as temáticas da mudança do clima como uma das diretrizes do Plano Municipal de Contingência de Arboviroses do Município de São Paulo.	SMS		• Inclusão de temáticas da mudança do clima na atualização do Plano Municipal de Contingência de Arboviroses do Município de São Paulo; • Revisão do Mapa de Estratificação de Risco de Arboviroses, considerando o contexto da mudança do clima	O Plano de Contingência de Arboviroses foi atualizado para 2022 e há menções sobre as mudanças climáticas em seu conteúdo
33- Fortalecer o Programa VigiAr.	• Até 2025, implantar 27 unidades Sentinela do Programa VigiAr.	SMS		• Ampliação do número de unidades Sentinela do Programa VigiAr, por região (un); • Atendimento nas unidades Sentinela do Programa VigiAr a crianças de 0 a 5 anos com problemas respiratórios (un); • Incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares nas unidades Sentinela do Programa VigiAr, por região (un).	Nenhuma atividade concluída.

34- Expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) para todas as unidades básicas de saúde (UBS), ampliando a incorporação das questões da mudança do clima.	Até 2025, ampliar as unidades básicas de saúde com o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis implementado, de modo a promover nos seus territórios de abrangência a diretriz da temática de mudança do clim	SMS		Unidades básicas de saúde com o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) implementadas (un); - Projetos do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidos nas unidades de básicas de saúde e seus territórios de abrangência (un); - Ações socioambientais do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidas nas unidades básicas de saúde e seus territórios de abrangência (un).	Implementado 43 Novas unidades do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis nas básicas de saúde totalizando 330 Unidades Basicas de Saúde do Município de São Paulo entre 2021/2022.
35- Combater o desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar em todo o Município.	Até 2025, fortalecer o combate ao desperdício de alimentos no município de São Paulo, ampliando a segurança alimentar	SMDET		- Expansão do Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos para, no mínimo, 60 feiras livres e início de sua operação em equipamentos de abastecimento privados (mercados e sacolões); - Revisão e aprimoramento dos processos de cadastramento de equipamentos e beneficiários do Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos, com aumento de fiscalização e transparência sobre a destinação dos alimentos recolhidos; - Fortalecimento da capacidade logística da Prefeitura para coleta e distribuição dos alimentos e criação de canais de comunicação direta entre equipamentos de abastecimento cadastrados e entidades beneficiadas; - Redução das distâncias entre produtores de alimentos frescos e in natura e consumidores; - Promover o fomento à transição para uma economia circular dos alimentos, a partir da sensibilização e capacitação de restaurantes, equipamentos de abastecimento e consumidores; - Ampliação do Programa Banco de Alimentos.	Atualmente, o Programa conta com 27 feiras livres e mais 3 equipamentos de abastecimento públicos. Os beneficiários do POT Combate ao Desperdício que atuam diretamente nas feiras são 25 beneficiários do POT Combate ao Desperdício que atuam diretamente nas feiras. Nos últimos 2 anos, as arrecadações de doações bateram recordes históricos devido à situação de Pandemia por COVID-19, e parcerias que foram realizadas pelo mesmo motivo, com outras Secretarias Municipais e indústrias. Em 2020, o PMBA passou de 310 entidades para 410, quando abriu um chamamento público para a ocupação de 100 vagas. Isso representou um aumento de 105.700 cidadãos atendidos pelo programa, hoje no total estima-se o atendimento à até 333 mil pessoas. De 2017 a 2019 o máximo arrecadado ao ano, foi de 478 toneladas e o doado de 423 toneladas. Em 2020, o total arrecadado foi de 2.454 toneladas de alimentos e o doado de 2.245 toneladas. Além da doação de 47.775 cestas básicas que foram, pela primeira vez na história do PMBA, distribuídas às entidades assistidas. O número de pessoas atendidas com as doações feitas pelo Banco de Alimentos em 2020 foi de 712.672 pessoas. Em 2021, o total arrecadado foi de 1.127 toneladas e doados 1.256 toneladas de alimentos. Além de mais de 5 mil cestas básicas doados por empresas parceiras
36- Aperfeiçoar os protocolos de paralisação preventiva do sistema de mobilidade, inclusive com alertas, no caso de eventos climáticos extremos.	Até 2025, estabelecer os protocolos de paralisação de trânsito em eventos climáticos extremos e o Sistema de Alerta de Paralisação de Serviços de Trânsito do Município de São Paulo.	SMT CET		- Estruturação do Sistema de Alerta de Paralisação de Serviços de Trânsito do Município de São Paulo; - Protocolos de paralisação de trânsito em eventos climáticos extremos; - Linhas de ônibus afetadas por eventos climáticos extremos no Município de São Paulo (%); - Comunicação dos protocolos de paralisação de trânsito em eventos climáticos extremos às organizações pertinentes; - Pessoas diretamente afetadas por interrupções no serviço de mobilidade urbana no Município de São Paulo.	Nenhum resultado obtido
37- Promover o plantio de árvores nativas resilientes às mudanças climáticas de maneira a proteger a biodiversidade e promover a melhoria do conforto térmico na cidade.	- Até 2025, definir e implementar cronograma de produção de mudas climaticamente resilientes no Município de São Paulo; - Até 2025, estudos para definir espécies arbóreas resilientes às mudanças climáticas efetuados	SVMA	- Promover estudos de flora e fauna locais nativas para definir espécies vulneráveis ou resilientes às mudanças climáticas, bem como espécies exóticas invasoras; - Priorizar, nos viveiros municipais, o cultivo e a recepção, quando couber, de espécies da flora nativa resilientes às mudanças climáticas; - Conectar parques, praças e outras áreas verdes por meio do plantio de espécies vegetais arbóreas nativas e atrativas às espécies da fauna silvestre que proveem o serviço de polinização e dispersão de sementes.	- Produção de mudas de espécies arbóreas nativas resilientes às mudanças climáticas nos viveiros municipais (%); - Plantio de mudas de espécies arbóreas nativas resilientes às mudanças climáticas no Município de São Paulo (%); - Cobertura de copas por distrito (%); - Cobertura de copas por habitante (m2/hab)	Publicação do PMMA e PMAU
38- Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais.	- Até 2025, elaboração e disponibilização do Cadastro de Áreas de Patrimônio Ambiental do Município de São Paulo; - Até 2030, ampliar o pagamento por serviços ambientais no Município de São Paulo.	SVMA	- Adotar soluções baseadas na natureza nas diversas políticas setoriais, sempre que possível; - Garantir fontes de financiamento, públicas e privadas, para a plena implementação do instrumento do PSA e demais instrumentos e ações de incentivo à preservação e à recuperação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos; - Aperfeiçoar a capacidade institucional e operacional da PMSP para execução e acompanhamento contínuo das ações de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos; - Garantir a implementação dos quatro planos verdes: Plano Municipal da Mata Atlântica, Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, Plano Municipal de Arborização; - Estimular atividades econômicas mais sustentáveis, compatíveis com a conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos; - Garantir que as ações de urbanização de assentamentos precários, provimento habitacional e similares adotem propostas com aumento da permeabilidade do solo e de áreas verdes capazes de diminuir modificação ou predação ambiental	- Elaboração e disponibilização do Cadastro de Áreas de Patrimônio Ambiental do Município de São Paulo; - Editais de PSA lançados e operantes no Município de São Paulo; - Índice de adesão ao PSA no Município de São Paulo (%).	Publicação do PMMA, PMSA e PMAU
39- Proteger e requalificar nascentes e cursos d’água	- Até 2050, realizar o Mapeamento de Nascentes do Município de São Paulo; - Até 2050, instituir Plano de Proteção e Requalificação de Nascentes e Cursos d’Água no Município de São Paulo; - Até 2050, ampliar o Programa de Ligações Factiveis no Município de São Paulo	SVMA	Realização de mapeamento participativo das nascentes do Município e consolidação de base de informações unificada para a coordenação de intervenções para sua proteção e requalificação; - Elaboração de plano de proteção e requalificação de nascentes e cursos d’água que coordene intervenções das diferentes secretarias municipais e estaduais, no âmbito das respectivas bacias hidrográficas; - Mobilização e sensibilização das comunidades do entorno de nascentes e cursos d’água, visando à ressignificação da relação com a água na cidade e criação de uma cultura de convivência harmônica com corpos d’água.	- Mapeamento de nascentes do Município de São Paulo; - Proporção de nascentes requalificadas no MSP (%); - Córregos requalificados por bacia hidrográfica no MSP (un); - Eficácia do Programa de Ligações Factiveis do MSP (%); - Áreas de preservação permanente (APP) em córregos recuperadas (m2).	Publicação do PMMA e PMSA

40- Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida no Município de São Paulo sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero.	• Até 2025, promover a economia circular no Município de São Paulo, reduzindo a geração e o envio de resíduos sólidos urbanos aos aterros sanitários	SGM	• Ampliar as áreas de conexão de Internet sem fio aberta, com qualidade e estabilidade de sinal e Wifi Livre, principalmente nas regiões menos atendidas; • Mobilizar esforços para promover a expansão do acesso à Internet em banda larga fixa e móvel, com qualidade e velocidade adequadas, em especial nas regiões periféricas do território	Norma técnica que privilegie a adoção de embalagens reutilizáveis em detrimento de embalagens descartáveis pelos setores industrial e de serviços no MSP, sempre que possível; • Redução acumulada do envio de resíduos sólidos urbanos aos aterros sanitários (%); • Percentual de vínculos ativos na cidade de São Paulo oferecidos por setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento que tenham baixo uso de recursos naturais (ODS 8.2); • Emissão de CO2 pelo PIB (ODS 9.4.1).	Cursos e nº de alunos por curso 2377 certificados; Compostagem: 1472 certificados; Moda Sustentável: 2189 certificados; Introdução ao Upcycling: 695 certificados; Moda sustentável: 365 certificados
41- Promover e aprofundar a temática da mudança do clima nas ações da Política Municipal de Educação Ambiental, fortalecendo sua implantação e ampliando os públicos-alvo.	• Até 2025, instituir o Programa Municipal de Educação Ambiental, incorporando a temática da mudança do clima.	SME	• A abordagem das questões climáticas no Currículo da Cidade e outros documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino deverá ser aperfeiçoada, favorecendo a diversidade de ações pedagógicas a serem adotadas pela Secretaria Municipal de Ensino (SME). • Formação continuada em mudança do clima para os seguintes públicos: - Profissionais da Rede Municipal de Ensino, visando à plena disseminação das informações relacionadas à mudança do clima; - Demais servidores da PMSP; - Membros integrantes de instâncias de participação pública da PMSP (conselhos gestores de parques e de unidades de conservação, Cades, Cades regionais, conselhos participativos, conselhos de escolas, dentre outras); • Disseminação de informações, oferecimento de cursos livres e divulgação de atividades e iniciativas no campo da mudança do clima etc.	• Elaboração e implementação do Programa Municipal de Educação Ambiental, incluindo a temática da mudança do clima; • Capacitações formais de educação ambiental, com diretrizes da temática da mudança do clima, ofertadas a profissionais da Educação; • Capacitações formais de educação ambiental, com diretrizes da temática da mudança do clima, ofertadas ao público geral; • Índice de adesão a atividades de educação ambiental (%); • Índice de certificados emitidos em atividades de educação ambiental (%).	Publicação do Currículo da Cidade para todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica. Publicação das Diretrizes de aprendizagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Currículo da Cidade de São Paulo. Publicação da Instrução Normativa SME N.45/2020, que define as diretrizes da educação ambiental para a RMESP
42- Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos	• Até 2025, que 60% das propriedades agropecuárias do Município promovam práticas agroambientais satisfatórias, de caráter sustentável.		• Fomento à agricultura orgânica e agroecológica na zona rural do Município, por meio da capacitação técnica dos agricultores e do fortalecimento de cadeias de valor, propiciando aumento do valor agregado da produção agrícola e da implementação de instrumentos econômicos de incentivo à conversão agroecológica, entre os quais o pagamento por serviços ambientais (PSA). • Incentivo ao empreendedorismo de base comunitária e fortalecimento de cooperativas já existentes, ou que vierem a ser criadas, no Município de São Paulo; • Fomento aos circuitos curtos de comercialização dos produtos in natura e processados, oriundos da zona rural do Município de São Paulo.	• Produtores agrícolas em processo de transição agroecológica (%); • Produtores agrícolas com certificação de produção orgânica (%); • Produtores agrícolas convencionais (%); • Produtores agrícolas seguindo o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais (%); • Produtores agrícolas no programa de PSA; • Feiras parceiras cadastradas.	Sampa+Rural: Mapeados mais de 2 mil locais do ecossistema de agricultura na cidade, desses mais de 1 mil agricultoras/es, sendo 735 Unidades de Produção Agropecuária (UPA), sendo 78% na região Sul e incluídos seus respectivos dados; registros de contato de 110 UPAs e 56 estabelecimentos parceiros; Realizado levantamento de dados de perfil relativos à faixa etária e gênero dos responsáveis, unidade familiar ou mão de obra contratada; principais culturas produzidas e perfil da produção (alimentos orgânicos, em transição e tamanho); estruturadas cadeias de valor. Mapeados demais programas executados no âmbito da SMDet para a temática. Programa Green Sampa: Desde sua criação, em 2019, o programa já promoveu o mapeamento com mais de 400 stakeholders e diagnósticos de empresas de acordo com os eixos de atuação, implementou uma plataforma de mentorias on-line e criou uma rede de mentores especializados. Em 2020, 100 startups verdes receberam orientações individuais e coletivas na plataforma on-line. Em 2019, 24 startups foram aceleradas e tracionadas.
43- Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.	• Até 2025, realizar mapeamento, cadastro e definição legal de critérios técnicos relacionados à implantação e manutenção de hortas urbanas comunitárias orgânicas no Município de São Paulo	SMSUB	• Definir regras e diretrizes para a utilização dos espaços livres públicos com hortas comunitárias; • Incorporar no Sampa+Rural o mapeamento de hortas comunitárias em espaços livres públicos; • Fortalecer o Programa Operação Trabalho (POT) Hortas e Viveiros na Comunidade	• Elaborar o Cadastro Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias Orgânicas; • Definir e estabelecer legalmente critérios para implantação de hortas urbanas comunitárias orgânicas em áreas públicas; • Número de hortas urbanas comunitárias orgânicas no Município de São Paulo, por subprefeitura (un); • Espaços livres públicos dedicados à agricultura urbana no Município de São Paulo (m2); • Realizar o mapeamento das hortas urbanas comunitárias orgânicas em espaços livres públicos do Município de São Paulo e incorporá-lo à Plataforma Sampa+Rural; • Gastos de investimento no Programa Operação Trabalho para o eixo Hortas e Viveiros na Comunidade (reais); • Parcerias ou programas apoiados para realização de cursos técnicos de capacitação nos temas agricultura urbana, educação nutricional e educação ambiental (un); • Trabalhadores envolvidos em atividades de agricultura urbana no Município de São Paulo (indivíduos).	Plataforma digital da Sampa+Rural lançada em 2020, já com banco de dados consistente sobre iniciativas ligadas à agricultura por toda a cidade. No início de 2021 foram lançados os selos da Sampa+Rural. A plataforma tem o papel de visibilizar, reconhecer e promover conexões, mapeando as iniciativas ligadas à cadeia de valor da agricultura na cidade e suas conexões. Os resultados das ações relativas à agricultura e agroeconomia estão listados na Ação 42. Mapeadas 106 hortas urbanas e 170 hortas em equipamentos públicos.